

## ALDO AJELLO

Italiano, chefe da ONUMOZ, operação das Nações Unidas para Moçambique que se estabeleceu depois do Acordo de Paz de Roma. Foi o representante especial da União Europeia para a Região dos Grandes Lagos de 1996 a 28 de Fevereiro de 2007. De março de 1995 a março de 1996, foi Secretário-Geral Adjunto da ONU e assessor de ações preventivas.

### Projecto: Caminhos da Paz (2010)

#### P.: Qual foi o seu primeiro contacto com Moçambique?

AA: Contactei com Moçambique muito antes de ir para a ONU. Fui a Moçambique, pela primeira vez, em 1977, quando ainda era membro do Parlamento Italiano, quando era senador. Era o primeiro congresso da Frelimo dentro do País depois da independência, e visitamos Moçambique com uma delegação parlamentar. Naquela ocasião pude conhecer muitas pessoas, graças também ao embaixador italiano que lá estava naquela época, o senhor Cláudio Moreno. E todas essas pessoas, com quem me encontrei, me foram extremamente úteis, mais tarde, quando fui nomeado, pelo Secretário-Geral da ONU, para chefiar a missão de *peace-keeping*.

#### P.: Então você acompanhou toda a situação de Moçambique, desde o início, quando decidiu ser marxista, socialista. Acompanhou esse momento?

AA: Acompanhei Moçambique durante muito tempo, desde quando anda estava no parlamento, e foram muitas as ocasiões. Não foi só aquela visita, mas sim muitas outras. Mais tarde, quando encerrei a minha carreira parlamentar, e entrei para a ONU, deixei de acompanhar. Até ao dia em que descobri que se ia assinar o Acordo de Paz. E essa é uma história muito engraçada, porque eu estava, por acaso, em Roma, no dia da assinatura do acordo. E estava lá porque havia uma visita oficial do Director Geral da UNDP e fomos jantar no Tevere. Vi que a igreja estava iluminada e havia música. Então disse ao Director: vamos lá ver do que se trata porque a igreja é muito bonita e é difícil de vê-la assim tão iluminada. E lá havia uma grande festa por causa da assinatura do Acordo de Paz. Encontrei lá Mario Raffaelli, Alfredo Incisa, Matteo Zuppi, todos os que lá estavam e, é claro, todos os amigos moçambicanos. Depois disso, ao retornar a casa, recebi um telefonema do Secretário-geral da ONU pedindo para me ver com urgência. Liguei imediatamente para ele e disse que mal-acabasse aquela missão eu voltaria imediatamente. Mas ele respondeu-me: “*não, não, você tem que voltar imediatamente porque o assunto é urgente*”. Chegado a NY, fui nomeado Representante Especial do Secretário-geral para liderar a missão de *peace-keeping*, uma coisa muito bonita que eu realmente não esperava, foi uma grande surpresa.

#### P.: Como é que você se via no processo de *peace-keeping*?

AA: O primeiro contacto que tive com o processo de paz foi naquela ocasião, apesar de que, sendo muito amigo do Mário Raffaelli e do Alfredo Incisa, acabei acompanhando um pouco todo processo. Mas o verdadeiro contato foi nessa altura. De qualquer forma não foi difícil de obter informações porque bastava ouvir dos amigos, o que me diziam sobre os factos, e em pouco tempo obtive todos os dados que precisava para montar a missão.

#### P.: Antes de assarmos à missão de *peace-keeping*, o que é que você acha da fórmula italiana de mediação?

AA: Aquilo que é definido como a fórmula italiana, que une um misto de entidade governativa, nesse caso o Ministério das Relações Exteriores, com uma entidade da sociedade civil, que nesse caso é a comunidade de Santo Egídio, revelou-se eficaz porque conseguiu atingir o objectivo onde muitos outros falharam; e permitiu montar um Acordo de Paz extremamente bem feito. Esse é o factor mais importante que quero enfatizar, porque as pessoas felicitam-me pelo sucesso que tive, mas 80% desse sucesso foi devido ao Acordo de Paz. Agora, o que normalmente acontece quando se faz um Acordo de Paz é que o mediador, quem quer que ele seja, busca obter resultados positivos o mais breve possível para ter o crédito de ter concluído um processo de mediação. Naturalmente, para atingir esse objetivo, problemas sérios são deixados de lado e diz-se que eles serão resolvidos, com sucesso, na fase de implementação do acordo. Mas o que acontece é que, depois, tal acordo é um acordo cheio de lacunas e, no momento de o implementar, a pessoa que tem essa responsabilidade encontra-se numa situação difícil, porque certamente vai precisar de começar do zero e renegociar tudo de novo. O acordo que “herdei”, foi um acordo muito bem feito, cujos problemas difíceis foram muito bem abordados. Uma parte foram resolvidos e, noutra parte, foram indicados os modos para os resolver. Por isso o meu trabalho foi extremamente simplificado. Nesse sentido, é preciso reconhecer que o mecanismo italiano funcionou.

**P.: Mas o Mário Raffaelli disse que, na verdade, a maior parte do sucesso (80%) veio depois, e você diz o contrário...**

AA: Eu acredito que ele, gentilmente, diz que 80% do sucesso foi devido à implementação, mas eu digo que a maior parte do sucesso foi do Acordo. Mas, no final das contas, ambos temos razão. A implementação foi feita de tal modo que pudemos domesticar/domar as regras e procedimentos da ONU que teriam sido difíceis de implementar, rapidamente, no Acordo de Paz. Mas tudo isso não teria sido possível se não tivesse tido *a priori* um acordo bem feito.

**P.: Como você encarou essa missão para si mesmo?**

AA: Digamos que eu tive muita sorte porque fui encarregado logo desde o início. Ou seja, não fui nomeado quando já estava tudo em andamento. Mas fui nomeado logo após a assinatura do acordo, e, três dias depois, já estava em Maputo com um pequeno grupo de observadores da ONU. O meu papel era, basicamente, o de ver as análises que eram feitas pela ONU em NY e fazer a minha própria proposta sobre a organização da operação. Nesse momento fiz uma ideia daquilo que me parecia importante e necessário para se realizar essa operação. Por exemplo, o número de batalhões que seriam necessários. Eles tinham proposto três, o que já era difícil de conseguir porque os EUA se opunham, por razões financeiras. Eu propus cinco, não por acaso, mas porque tinha conversado com alguns militares, que trabalhavam nas embaixadas dos países-membros daquela que, mais tarde, veio a ser a Comissão de Supervisão e Controle. Na opinião deles eram precisos, pelo menos, cinco batalhões para que se pudesse cobrir os corredores.

Quando cheguei a NY, o Secretário-Geral disse-me que cinco não me dariam nunca. De qualquer forma mandou-me para Washington para discutir com os americanos. E essa foi uma história muito engraçada porque encontrei-me com pessoas no Departamento de Estado e no Pentágono. E, particularmente, encontrei-me com **Bolton** que era quem mais se opunha, e era extremamente rígido, não dava nada. Expliquei-lhe todo o plano que tinha em mente, que tinha organizado, e ele disse-me: “*você foi muito convincente senhor Ajello, depois a próxima administração que pague a conta*”. Eu tive a sorte de lá chegar quando havia uma mudança na administração, de republicanos para democráticos. Chegaria logo a seguir a administração Clinton. **Bolton** ainda fazia parte da administração precedente. Naquela altura ainda se estava no período entre as eleições e a troca de presidência. E ele disse-me: “*the next administration will pay the bill after all, let's do it!*”. E foi esse um dos motivos de eu ter conseguido obter as forças militares que pretendia. E, além do mais, havia o facto de que, naquele período, a operação em Angola estava a correr mal e ninguém queria correr o mesmo risco na operação em Moçambique. O combinar desses dois factores permitiu-me conseguir realizar a missão da forma que eu pretendia, e com suficiente capacidade, política e militar, para poder opera-la bem.

**P.: Sempre com o apoio do Secretário-Geral?**

AA: Esse foi um factor fundamental porque. Algumas vezes, tive dificuldades com o Departamento dos Assuntos Políticos da ONU. Mas sempre tive o apoio total do Secretário-Geral, e isso sempre me permitiu dirigir a missão à minha maneira. Numa certa altura, fui a NY e disse ao Secretário-Geral: *“eu tenho uma ideia de como fazer esta operação, mas quero ser deixado em paz pelos escritórios de NY”*. E ele respondeu: *“você responde perante mim e não se preocupe, se correr bem, bom, senão...”*

**P.: Mas teve alguma razão especial para isso?**

AA: Essa é razão pela qual Boutros-Ghali, que era um grande personagem político, entendeu que era preciso seguir um critério um pouco mais original, um pouco diferente em relação ao esquema tradicional. De facto, deu-me carta branca. Foi um acto de confiança, baseado no facto de eu lhe ter dito que, se errasse, eu deixaria a missão. E o risco que eu corri foi um risco relativo, porque não é que a minha vida estivesse ligada àquela operação. Claro que eu queria realizá-la, mas não queria fazer uma coisa puramente burocrática, só para manter a minha posição. Isso não me interessava. Portanto, estava pronto para assumir riscos. E creio que esse seja um elemento essencial para um Representante Especial do Secretário-Geral. Ou seja, a ideia de que a operação possa ser coordenada a partir de NY, a quilómetros de distância, e que o Representante Especial apenas deva seguir as instruções que lhe chegam de NY, é completamente errada, porque, embora em NY haja pessoas extremamente competentes, eles não estão na condição de saber o que realmente é preciso e necessário no terreno. E isso somente o Representante Especial conhece. Então ou se tem confiança no Representante Especial, e se deixa que ele tome as suas decisões em paz, ou se muda. Mas não se pode teleguiá-lo a partir de NY. E essa foi a primeira conquista que fizemos com a missão em Moçambique.

**P.: Quando chegou a Moçambique, o que achou do sentimento das duas partes?**

AA: No início, quando cheguei a Moçambique não foi muito estimulante, porque não sei se você se lembra, mas a primeira coisa que aconteceu, logo após a nossa chegada, foi que a Renamo atacou algumas vilas e cidades como **Memba, Maganja da Costa, Angoche** e parecia que a guerra tinha voltado. Nessa altura, meti-me no avião e fui-me encontrar com Dhlakama em, no mato, na sua base. E ali disse-lhe: *“você fez uma boa operação, mas pode me explicar para que serve? Fez um acordo de paz, e se predispôs a fazer algumas coisas, entre as quais desarmar os seus homens e deixar os lugares que controla. Porque é que você continua a atacar? O que está a fazer? Mostrou que tem músculos (força), mas todas as pessoas sabem disso porque já há 16 anos que o demonstra. Aquilo que as pessoas querem saber, agora, é se você tem sabedoria, se é capaz de ser um líder político, senão é perda de tempo. Se você quer continuar fazendo guerra, bom, eu pego nas minhas malas e volto para NY, você não precisa de mim. Mas, se quer fazer paz, fazer do seu movimento um partido político, aí então eu posso ajudá-lo. Mas nesse caso tem que parar de fazer operações militares que não servem para nada.”* Então ele olhou para mim, porque toda a discussão foi feita num misto de português-inglês, e ele, em inglês, disse-me: *“I understand, wisdom not muscle!”* Sabedoria, não músculos. E ali me prometeu que não realizaria mais operações militares. Eu pensei comigo mesmo: *“talvez por algumas semanas ele mantenha a palavra, e, pelo menos, eu vou ter um pouco de tempo”*. Pelo contrário, ele manteve a sua palavra até ao final do processo. Ou seja, não houve mais operações militares da Renamo, mesmo quando a Frelimo demonstrou certas tendências para voltar a realizar operações militares, que não eram documentadas por nada, tudo decorreu perfeitamente, como devia. Naturalmente, houve alguns obstáculos, mas que, pouco a pouco, foram superados.

**P.: Os atrasos no processo foram devidos a problemas burocráticos da ONU...**

AA: Não... quer dizer, também. Mas a questão era um pouco diferente. O Acordo de Paz tinha um ponto que não era aplicável. Que era o tempo de execução. Quando se assinou o Acordo estava previsto que, dentro de 6 ou 7 semanas a ONU teria disponível toda a força militar prevista no acordo. Na verdade isso não aconteceu, porque foram precisos 7 meses e não 7 semanas. Foi um erro assinar um acordo contendo essa cláusula, que era obviamente inaplicável. Portanto, a ONU tinha

esse problema. Mas não era só a ONU, a Renamo e Frelimo também. Porque é que a Frelimo tinha um problema? Porque a entidade de força da Paz era maior de que o governo moçambicano esperava. O governo esperava uma operação pequena. Cinco batalhões de infantaria era uma coisa muito grande. Então foi preciso convencer a Frelimo de que a chegar uma tal força. E lembro-me que alguns parlamentares, incluindo um amigo meu, Sérgio Vieira, disseram que aquilo era uma operação colonialista, que o Representante Especial do Secretário-Geral se comportava como um governador colonial, e assim por diante. Então foi preciso um pouco mais de tempo para que essa situação, essa fórmula da missão, fosse digerida. Depois aconteceu que, sendo Sérgio Vieira um grande amigo, quando descobriu que o Representante Especial era eu, e cheguei ao clube Kaya Kwanga e o encontrei, tomando o pequeno almoço, perguntou-me: *“mas o que é que você está a fazer por aqui?”* E respondi: *“vim ser o governador colonial”*. Então rimos juntos e o seu comportamento mudou porque me tinha estima e conhecia. Então os seus temores reduziram-se. Portanto a primeira coisa era o tempo necessário para que a Frelimo digerisse aquela coisa.

A Renamo teve um outro problema. Logo depois de mandar alguns representantes para Maputo, para iniciar o diálogo, na Comissão de Supervisão e Controle, Dhlakama mandou retirar todos, alegando que as coisas não iam bem. Inventou uma desculpa qualquer, e fez todo o mundo voltar para a Gorongosa. Nessa altura o Governo disse que eles estavam a violar o Acordo de Paz. Eu disse: *“esperem um pouco. Vamos ver porque estão eles a fazer isto”*. E dei-me conta de que o faziam por uma razão, inclusive até muito justa, no sentido em que, as pessoas que ele tinha mandado para negociar eram totalmente incapazes de negociar. De negociar os dados do Acordo de Paz. Lembro-me que expliquei onde eu iria estacionar os batalhões, onde os iria colocar. O representante da Frelimo fez um desenho do mapa de Moçambique e, com cinco linhas, indicou onde andavam os batalhões. O da Renamo começou a escrever, palavra por palavra, aquilo que eu dizia. E na terceira palavra parou porque já não me entendia. Portanto, a mensagem que ele mandou a Dhlakama, tendo como base três palavras, não creio que fosse muito compreensível para o líder da Renamo. E então o que é que ele fez? Como ele nunca teria dito à mediação que os seus homens não eram competentes, inventou uma desculpa, mandou todo o mundo voltar para a Gorongosa, e chamou instrutores de Portugal para ensinar a essas pessoas como negociar. Preparou-os para fazerem o seu trabalho. Portanto cada um de nós três, ou seja, a Renamo, a Frelimo e a ONU, obtiveram o tempo necessário para predispor todos os dados necessários para fazer valer o Acordo de Paz. Portanto, não foi tempo perdido, foi tempo útil.

#### **P.: Como foi o debate na Comissão de Supervisão e Controle?**

AA: Não foi muito difícil. O que foi difícil foi trazê-los a Maputo, porque, no início, não queriam vir, e tive que emitir uma mensagem pública, na televisão e no rádio, convocando-os para virem a Maputo. Eles refletiram um pouco e, depois, acabaram vindo. Para mim foi uma aposta que, no fim de contas, foi vencida. Uma vez que chegaram, as comissões foram facilmente compostas: a de Supervisão e Controle e a do Cessar Fogo. Depois fizemos, também, a comissão para o novo exército, que não deveria ser presidida pela ONU, mas pelos próprios moçambicanos. Todavia, eles mesmos, e os membros da comunidade internacional, acabaram pedindo para que a ONU presidisse à comissão, porque as únicas comissões que funcionavam eram as presididas pela ONU. As outras empacavam. Então fizemos todas essas comissões, incluindo a para a ajuda humanitária. E depois começaram a funcionar muito bem. Agora sobre a comissão do Cessar Fogo é importante dizer que nós encontramos uma fórmula, que não foi adotada em outras operações de paz da ONU provocando efeitos desastrosos. Ou seja, nós criámos a Comissão de Supervisão e Controle, que previa a verificação de qualquer denúncia de violação ao cessar fogo, por parte de um time composto pelas duas partes, por representantes da comunidade internacional e também pela ONU. Todos estavam presentes quando se faziam essas verificações. Diferentemente, em outras missões, como por exemplo no Congo, ia só a ONU. Primeira coisa, eles não falavam a língua. Segundo, ninguém os controlava e, quando faziam o relatório, era fácil para as partes contestarem tal relatório, porque diziam que não tinham estado presentes. Diferentemente, a nossa fórmula foi muito eficaz porque, cada vez que se tinha uma denúncia, ela era imediatamente resolvida.

**P.: Em comparação com outras operações da ONU, esta é vista como única. Uma das razões será, então, essa característica de unidade técnica.**

AA: Por várias razões as operações em Moçambique funcionaram, e até melhor de que outras operações da ONU no mundo, especialmente na África. Foi também devido ao modo como nós concebemos a desmobilização, que era a reintegração, e foi um factor chave para todo o Acordo de Paz. E, para a fazer funcionar o melhor possível, demo-nos conta de que não bastava simplesmente colocar alguns observadores militares e deixá-los a gerir as coisas. Mas era preciso que houvesse alguém tecnicamente capaz de fazer funcionar essa máquina tão complexa: reagrupamento das forças de ambas as partes, selecção e desmobilização. Portanto, construímos uma Unidade Técnica, composta por poucas pessoas. Enfim, evitamos aquilo que aconteceu em outras operações da ONU, que estavam preocupadas em montar estruturas burocráticas, que não fazem mais nada senão complicar a vida, e que, no final das contas, não funcionam. A nossa, pelo contrário, era muito contida, poucas pessoas, um misto de técnicos civis e observadores militares, e comandada pela ONU, porque a ONU funcionava como um garante para ambas as partes. E então a coisa funcionou sem grandes problemas. Naturalmente, houve momentos difíceis, momentos nos quais a Renamo não mandava os seus representantes porque Dhlakama se dava conta de que o único poder negocial de que dispunha eram os militares que tinha no mato e, portanto, tentava atrasar ao máximo a operação. Na ocasião da visita do Secretário-Geral Boutros-Ghali a Maputo, ele perguntou como estavam as coisas e depois disse-me: *“você pode gastar o tempo que quiser, pode durar o tempo que quiser, mas se demorar demasiado nós não poderemos manter toda esta estrutura aqui porque ela tem o seu custo”*. E acrescentou: *“tem que tomar uma decisão muito simples, tem que decidir se quer as eleições com a presença da ONU, portanto com todas as garantias que a ONU dá, ou sem a presença da ONU. Quer dizer, você perde muito tempo e a ONU retira-se”*. O resultado foi que tudo foi acelerado rapidamente.

**P.: Houve problemas na desmobilização..**

AA: Sim, de alguma maneira, mesmo se o Acordo de Paz era muito claro sobre esse ponto. O Acordo de Paz previa a formação de um exército de 30.000 unidades, 15.000 do Governo e 15.000 da Renamo. Mas dizia também que tal acção deveria acontecer voluntariamente. No sentido que nós só podíamos recrutar para o exército aqueles que realmente queriam ir. E o pressuposto, de ambas as partes, que depois se revelou erróneo, era de que se haveria filas e mais filas de pessoas querendo ser recrutadas. E, portanto, de que teríamos de convencer as pessoas a mudarem de ideias, porque talvez não tivessem as características ou físicas ou de idade, etc. E aconteceu justamente o oposto, as pessoas estavam tão cansadas da guerra, do serviço militar, que não queriam ir. E convencê-los a ir foi muito difícil. Mas eu tinha uma obrigação de não recrutar ninguém que não estivesse interessado. Então houve alguns problemas especialmente com o Governo porque, o general Hama-Thai, que era o Chefe do Estado-Maior, tinha a sensação de que nós queríamos incentivar as pessoas a não serem recrutadas. Mas não era assim, nós apenas registávamos a vontade de uns e de outros. O resultado final foi que o exército ficou muito menor do que se previa: foram, basicamente, 10.000 pessoas, das quais 7.000 do Governo e só 3.000 da Renamo. Tive que discutir isso com Dhlakama, dizendo: *“sinto muito, mas não será possível respeitar a paridade porque as pessoas estão desinteressadas”*. Ele respondeu: *“tudo bem, paciência, eu procurei dar aos meus homens uma paridade em relação aos outros para que entrassem no exército, mas se eles não querem, está bem assim também”*. E ele aceitou essa desproporção do novo exército.

**P.: Um outro problema está ligado à sua visita a Portugal, sobre o estabelecimento da Comissão...**

AA: Sim, Dhlakama naquela ocasião não estava satisfeito com os nomes propostos para a direcção da Comissão Eleitoral Independente e, obviamente, aquilo para ele era um factor chave, porque ele queria uma comissão que servisse como garantia de ambas as partes. E era muito difícil convencê-lo. Finalmente o argumento usado por Ghali para a desmobilização foi também usado para a criação da comissão, isto é: *“quer que a ONU esteja presente ou não? Se quiser aceite e não perca tempo”*. E por fim o acordo foi dando certo, com um nome que era de grandíssima qualidade e incontestável, ou seja, o nome de **Brazão Mazula**, que foi um excelente presidente da Comissão Nacional Independente e um

dos factores fundamentais para o sucesso da operação. Portanto, conseguiu-se realizar o acordo. A visita de Boutros-Ghali foi muito útil porque permitiu resolver uma série de problemas que tínhamos acumulado. Eu fiz-lhe uma lista precisa das coisas que precisavam de ser resolvidas e ele acompanhou, passo a passo, e conseguimos resolver praticamente todos os problemas pendentes. Depois tivemos outros de que tratámos mais tarde.

**P.: Para que a Renamo fosse um partido político ela teria de ter uma certa autonomia económica para exercer a actividade política. Sobre o estabelecimento do *TrustFund*...**

AA: O *Trustfund* estava previsto no Acordo de Paz, e usámo-lo como se devia. Mas o Acordo de Paz tem um ponto fraco nesse quesito. Era que os soldados da Renamo, os representantes da Renamo que vinham a Maputo, estariam por conta do Governo para as suas despesas. Ou seja, o Governo deveria providenciar alojamento e as despesas de base, como alimentação, etc. Se o Governo não tivesse recursos suficientes para custear tais despesas, a comunidade internacional podia intervir com o *Trustfund*. Mas essa fórmula tinha um erro de base. Ou seja, nem a Frelimo nem a Renamo estavam felizes com a ideia de ter que custear. A Frelimo porque não queria financiar o seu adversário político, e a Renamo não queria receber dinheiro da Frelimo porque parecia que estava a pedir esmola. Daí que nenhuma das partes estava satisfeita com tal fórmula. Então nós colocámos tudo no *Trustfund*. E isso foi um factor chave, porque toda a discussão de base, que havíamos feito com a Renamo, era sobre a questão financeira.

O Acordo de Paz previa que ambas as partes fossem iguais, tinham que ter oportunidades iguais, mas, na realidade, não era bem assim. Na verdade, a Frelimo tinha toda a parafernália do poder porque, precisamente, estavam no poder há muitos anos. Então possuía toda a estrutura e a Renamo não tinha nada. Era um ponto extremamente delicado e arriscado porque, quando se negocia um acordo de paz, ambas as partes estão em condição de paridade, porque ambas constataram que não é possível vencer a guerra, e portanto, tem que se encontrar um acordo. E um tem, mais ou menos, uma certa paridade com o outro. Quando o Acordo foi assinado e se passou para a fase de execução, e as pessoas do mato começaram a vir para a cidade, o equilíbrio foi rompido. Porque aquele que se encontra no seu próprio terreno possui já todos os instrumentos, enquanto que o outro não tem nada. E naturalmente, começa a considerar o acordo como uma armadilha, e começa a violá-lo. Por isso era preciso evitar que esse mecanismo perverso ganhasse força porque senão nunca mais seria controlado. E o único modo de não o deixa seguir adiante era dar à Renamo os instrumentos mínimos necessários para se conseguir uma competição, não digo igualitária, mas mais ou menos equilibrada. Portanto, o *Trustfund* foi um elemento fundamental desta operação.

**P.: Quais foram os momentos mais difíceis para si durante aqueles anos?**

AA: Eu posso dizer que foram dois os momentos difíceis. O primeiro é quando a Renamo, no início do processo, atacou as quatro cidades em **Debres (????)**. Mas que resolvemos bem rapidamente. O segundo foi no momento das eleições, quando, na véspera das eleições, Dhlakama anunciou que a Renamo se retirava do processo eleitoral porque tinha a certeza de que haveria fraude no processo. Neste caso houve vários aspectos. O primeiro foi que algumas denúncias, feitas pela Renamo, de violação e de fraude foram ignoradas pela Comissão Eleitoral Independente e não foram investigadas porque foram consideradas sem fundamento. Todavia, foi um erro porque mesmo as questões sem fundamento deveriam ser verificadas e ser provado não terem fundamento. Então ele se sentiu sacaneado. Mas a coisa mais grave foi que, em um certo momento, o presidente Mugabe, durante uma reunião da SADC, em Harare, convocou entre outros também o Dhlakama, para discutir como se estava procedendo com a aplicação do acordo de paz. E o presidente Chissano, na ocasião da reunião disse que não queria absolutamente a presença de Dhlakama, nem durante a reunião nem depois desta. Portanto, Dhlakama, que já estava hospedado num hotel, teve de ficar ali sozinho todo o dia. Em seguida, Mugabe comunicou-lhe que a SADC pedia que o Acordo fosse aplicado e que o resultado da eleição fosse aceite e basta.

Não houve nenhuma referência ao facto de que as eleições deveriam ser justas, honestas, corretas e sem fraudes. Então ele, circundado pelos seus homens da ala mais extremista, criou a ideia de que a fraude já tinha sido decidida, que a ONU já tinha gasto demasiado dinheiro naquela operação para simplesmente anular as eleições, e teria aceite qualquer resultado, e que a SADC, para conseguir a paz na região, teria também aceite qualquer que fosse o resultado e que, portanto, ele teria sido enganado. E então ele disse-me: “retiro-me das eleições, não sou traidor, não farei guerra, essa acabou, mas não aceito um resultado fraudulento, portanto digo que não e não participo nas eleições, e a comunidade internacional vai entender”. Nesse ponto eu dei-me conta de onde estava a chave para resolver o problema, estava nas últimas palavras: *a comunidade internacional vai entender*. Então tive que lhe mostrar que a comunidade internacional não ria entender nada, que consideraria tal gesto como irresponsável, e que isso danificaria toda a credibilidade que ele tinha adquirido durante o processo de paz. O que eu entendi desde o início, e talvez esse seja o segredo principal da operação, foi que Dhlakama tinha uma enorme necessidade de adquirir respeitabilidade. Ele era chamado, mesmo oficialmente, chefe dos bandidos armados.

E tinha que manter uma imagem mais aceitável, especialmente perante a comunidade internacional. Durante todo o processo de paz, sempre que havia dificuldades com a Renamo, eu ameaçava de fazer uma denúncia ao Conselho de Segurança da ONU dizendo que a Renamo estava a violar o Acordo, e ele ficava sempre preocupado porque não queria perder a credibilidade. Ali estava a chave para a solução do problema. Eu peguei no telefone e comecei a ligar para figuras do mais alto nível, a começar pelo presidente Mário Soares, para todos os membros da Comissão de Supervisão e Controle, dizendo-lhes para ligarem para Dhlakama para dizer que vocês não entendem o motivo de tal gesto, que não há nenhum motivo para se crer que haverá fraude e que, de qualquer forma, estamos prontos a verificar tudo e anular as eleições em caso de fraudes. Logo em seguida todos eles começaram a ligar para Dhlakama. Às 2 da manhã recebi uma ligação dele em que me dizia: “*eu volto, volto ao processo mas vocês têm que me garantir, com um documento escrito dizendo que vocês verificam tudo e que, em caso de fraude, vocês anulam as eleições*”. Eu disse que não teria nenhum problema em fazê-lo. Durante a noite, técnicos de ambas as partes escreveram esse documento. Pela manhã às 8, encontramos-nos na casa de Dhlakama e todos nós da Comissão de Supervisão e Controle assinamos a declaração e, em seguida, ele foi votar. Lembro-me que um jornalista do *NY Times* me perguntou o que eu havia prometido ou dado para ele para obter aquele resultado: eu respondi que absolutamente nada, que eu só tinha oferecido uma chávena de café, porque tinha passado a noite em claro e precisava de estar acordado. E essa coisa saiu no *NY Times* no dia seguinte.

**P.: E o momento mais feliz?**

AA: O momento mais feliz foi quando ele voltou. Ou seja, no mesmo dia, quando ele aceitou a declaração da Comissão de Supervisão e Controle e foi votar, e isso deu um sentido a todo o trabalho que havíamos feito. Senão teria sido trabalho perdido.

**P.: Como estrutura o sucesso da operação da ONU?**

AA: A razão do sucesso da operação ONU, em relação a outras missões da ONU que tiveram menos sorte? Antes de tudo, há uma série de razões para o sucesso desta operação. Em primeiro lugar havia o facto de que a operação coincidia com o insucesso da operação em Angola. Portanto, as forças desta operação foram medidas com base nas exigências reais e não na vontade de se economizar recursos. Esse foi um elemento importante. Mas o elemento que eu colocaria em primeiro lugar era a vontade real dos moçambicanos, de ambas as partes, de se fazer paz. Ou seja, eles realmente queriam pôr um fim nessa longa e inútil guerra, e estavam decididos de fazê-lo e, portanto, era preciso somente dar-lhes os instrumentos necessários para que se realizasse tal vontade, remover os elementos de desconfiança, de insegurança, de não acreditar em um ou no outro, e fazê-los ficarem juntos. E isso foi uma coisa que fizemos passo a passo. Não foi uma coisa muito fácil, mas por fim se conseguiu. Uma outra coisa muito importante foi que algumas das regras burocráticas da ONU, que eram “obstaculantes” do processo foram contornadas graças ao apoio directo que eu tinha do Secretário-Geral. Muitos elementos foram simplificados. Normalmente o procedimento burocrático é muito

complicado, muito embaralhado e faz perder muito tempo. Contrariamente, nós buscamos evitar que as coisas acontecessem rapidamente. e graças ao apoio que Boutros-Ghali me dava, consegui realizar com sucesso a operação.

**P.: O papel que o processo de paz teve na política externa italiana, no sentido de dar-lhe identidade...**

AA: O papel da Itália foi extremamente essencial. Os italianos mediaram o Acordo de Paz, o texto do Acordo de Paz foi excelente. E estava lá uma mão precisa, a de Mário Raffaelli, meu amigo. Eu conhecia-o há anos, sabia como pensava, e quando eu estava a ler o Acordo de Paz sabia que tinha sido ele quem o tinha escrito. E esse texto tinha todos os pontos necessários para se fazerem as coisas como deve ser. A Itália tinha o chefe da missão da ONU, ou seja, eu fui escolhido porque era italiano, e porque a Itália tinha mediado o Acordo de Paz. Um batalhão italiano tinha a responsabilidade de vigiar o corredor mais delicado de Moçambique, o da Beira, que compreendia um oleoduto, uma estrada e uma ferrovia. Portanto a presença da Itália era enorme. Além disso, a Itália tinha, naquilo que estava previsto pelo Acordo de Paz, organizado a conferência dos doadores, e deu um financiamento expressivo para a realização de todas as operações necessárias, quer no *Trustfund*, quer na parte da ajuda humanitária. Todos esses elementos, colocados juntos, eram de uma importância extrema. Além disso, o batalhão italiano, que eu consegui obter rapidamente, foi o primeiro batalhão a chegar a Moçambique, foi favorecido porque o parlamento italiano estava a votar o envio de um batalhão para a Somália. Então todos os procedimentos parlamentares estavam já prontos, e nós usámos a mesma linha, usada na Somália, para Moçambique, e assim encurtámos o tempo de aprovação.

Se se perdeu um pouco de tempo foi devido ao transporte porque houve problemas com a ONU, visto que a companhia aérea, que a ONU sugeria, não era muito segura e os italianos estavam receosos. Logo a seguir isso foi resolvido, mas perdeu-se um pouco de tempo. De qualquer forma, o papel da Itália foi absolutamente fundamental nesta história. O facto de que eu era italiano permitiu-me utilizar todos esses instrumentos da melhor forma possível e, portanto, obter sucesso nessa operação. Por exemplo, em relação à desmobilização, ela previa que se desse uma certa quantidade de mensalidades a todos os soldados desmobilizados para que pudessem reorganizar-se na nova vida civil. E nós aumentámos a quantia prevista enormemente, porque me dei conta de que, se tivéssemos mantido a cifra prevista, teríamos tido toda essa gente sem um tostão, justamente em plena campanha eleitoral e, portanto, no período mais perigoso. Então, nós fornecemos mais mensalidades e todos os soldados desmobilizados receberam um livro de cheques. De dois em dois meses ia-se ao banco para depositar o salário, durante um certo tempo, até que o processo acabasse. E também utilizámos esse tempo para fazer formação profissional. Tenho que confessar que foi muito fácil a reinserção dessas pessoas porque, na sua maior parte, eram pessoas que queriam voltar para a agricultura. Moçambique possuía terra suficiente para dar aos soldados desmobilizados, a parcela deles para cultivar. Então a reinserção deles foi menos complicada que o previsto. Nada é fácil nessas coisas, mas menos complicado em relação a outros países onde isso foi muito mais difícil.

**P.: Porque acha que a Itália era o maior parceiro ocidental de Moçambique?**

AA: Na Itália havia um grande Partido Comunista que tinha muito contato com Moçambique. Havia também uma Democracia Cristã, que tinha uma ala esquerdista, que também tinha relações com Moçambique. E Moçambique é um país de língua portuguesa, fácil para um italiano. A comunicação não era difícil. A presença da tradicional potência colonial era limitada porque Portugal não tinha recursos suficientes para investir em Moçambique. Eram uma série de condições que permitiram à Itália escolher essa relação Moçambique-Itália como prioridade de cooperação. Houve esse interesse de ambas as partes. E, de facto, eu mesmo fui visitar Moçambique várias vezes no contexto desse interesse que se havia manifestado. E depois naturalmente houve essa intuição dos nossos amigos, do Ministério das Relações Exteriores e de Santo Egídio, que deram vida ao processo de negociação, naturalmente aprovado e apoiado pelo governo moçambicano, e conseguiram assinar o Acordo de Paz e a partir desse momento o papel da Itália era automático e essencial.

**P.: Tem também importantes amizades com Mário Raffaelli, Cabaço...**

AA: Em relação aquilo que se refere a mim, a minha amizade com os moçambicanos data já da primeira visita que eu fiz ao país. Foi uma amizade muito profunda e importante. Usei, depois, alguns desses meus amigos como assistentes: Óscar Monteiro era o meu conselheiro jurídico, José Luís Cabaço era o meu conselheiro de comunicação e informação. Havia essa relação muito próxima. Eram na sua maioria pessoas que já não estavam no poder, eram pessoas das quais me podia aproximar de modo independente, porque eram ainda da velha guarda, da época de Samora Machel. Mas que foram de extrema utilidade, me ajudaram a entender muitas coisas. Uma outra coisa importante foi que eu nomeei um conselheiro étnico, no sentido que era uma antropóloga, Iraê Lundin Batista, que me ajudou a entender muitíssimo sobre a mentalidade do povo moçambicano. E, além disso, eu sou siciliano. O comportamento de um camponês siciliano não é muito diferente do moçambicano. Talvez tenha um pouco mais de dinheiro, mas nada mais.

A atitude em relação à vida, ao dinheiro, aos problemas era a mesma. Portanto não era difícil para mim entender os moçambicanos. Mas Iraê ajudou-me a entender, principalmente, um elemento que me fez entender que a Renamo teria um resultado muito melhor nas eleições do que a Frelimo esperava. Porque Dhlakama era filho de um líder, portanto de um representante da cultura tradicional. E a Frelimo, no intuito de modernização, havia eliminado tais líderes, e tinha-os substituído por funcionários do partido. Mas, muitas vezes, esses vinham da província de Gaza. Isso deu-me a sensação de que havia terminado o colonialismo português e começado o de Gaza. E, por sua vez, Dhlakama representava um pouco essa velha cultura tradicional. De facto, o resultado foi muito mais importante do que a Frelimo esperava, porque foi em torno dos 43%. Coisa também que me ajudou a mostrar ao Dhlakama que ele não tinha motivo para se lamentar, porque, embora não tivesse ganho as eleições, ele tinha perdido bem, com um resultado que dava esperança para o futuro. E, sobretudo, foi importante que, um certo tempo depois, quando já tinha acabado a missão e tinha ido embora do país, um certo dia tenha voltado para uma visita, e ele disse-me: *“felizmente nós não ganhámos a eleição porque não estávamos preparados para governar o país, agora me dou conta disso”*. Foi uma declaração muito corajosa, sobretudo pelo facto de que todos os processos de eleições democráticas, que tínhamos moldado durante os dois anos de processo de paz, tinham deixado seus rastros na cabeça de Dhlakama.

**P.: Havia dito ao Secretário-Geral que se não fosse para fazer o trabalho à sua maneira, não aceitaria o cargo. Isso significa que essa nomeação, para si, era algo muito pessoal. Pode dividir esse momento?**

AA: A missão de *peace-keeping* em Moçambique foi a maior aventura da minha vida. Se eu não tivesse feito mais nada na minha vida além de chefiar a missão de Moçambique, eu a teria preenchido 100%. Tudo o restante é secundário. Eu fui jornalista, parlamentar, senador, deputado, deputado europeu, e depois estive na UE como representante, ou seja, fui e fiz muitas coisas. Mas foi uma só aquela que marcou profundamente a minha vida, e foi a missão de *peace-keeping* em Moçambique. Quer pelo modo como foi realizada, pelo facto de que inventámos coisas novas, em que obtivemos sucesso, quer pelo facto de que houve um elemento mágico nessa operação. Eu corri riscos enormes nessa operação, e de todas as vezes que eu assumi um risco, a operação deu certo. Era como se houvesse uma mão do céu que protegia a operação, que a tornava possível. Porque não é fácil que todas deem certo, a um certo ponto algo dá errado. E pelo contrário, toda vez que assumi um risco, no final as coisas acabaram como eu queria. Foi uma coisa que teve a sua magia. Ali me tornei curandeiro e feiticeiro nessa coisa. Parecia-me, realmente, que havia uma mão que guiava aquela operação, que a tornava possível. De qualquer forma é a maior aventura da minha vida, e não consigo imaginar nada que eu possa fazer ainda, e nada daquilo que já fiz, que possa ser, mesmo de longe, comparável à minha experiência em Moçambique. Com ainda esse sentimento de amor por Moçambique. Eu acho que os moçambicanos são extremamente afáveis, *attachants* em francês, te ligam realmente. Todas as vezes em que vou a Moçambique fico extremamente emocionado, e tenho que dizer que é muito recíproco. Sempre que estou em Maputo, as pessoas dizem-me: *“Aldo Ajello como está? O homem da paz”*. Eu

passeava pela cidade e sentia-me a nossa senhora Pellegrina, aquela que trazia a paz. É muito bom isso, irrepetível infelizmente.

*Aldo Ajello descreve algumas das fotos que mantem nas paredes*

AA: Essa é uma foto histórica porque é o momento da conferência de imprensa do presidente Chissano e Dhlakama após a primeira visita de Dhlakama a Maputo. Tinha sido muito difícil convencê-lo a ir a Maputo. Tivemos que encontrar uma residência que fosse segura e adequada para seu papel como presidente da Renamo. Finalmente encontrámos e ele chegou. Chegou, fizemos uma grande operação para que a polícia moçambicana garantisse a sua segurança, e depois, finalmente, após vários encontros que teve com Chissano tiveram uma conferência de imprensa. E essa é a foto da conferência e se pode ver o presidente Chissano, que aponta com o dedo o jornalista que viria a fazer a pergunta. E é realmente a imagem da consolidação da paz. A partir desse momento o processo de paz parecia ser irreversível, porque os dois tinham-se finalmente encontrado um com o outro. O presidente Dhlakama tinha aceitado ir à Maputo. Foi e voltou, uma ou duas vezes, e depois transferiu-se definitivamente. E a sua presença permitiu acelerar o processo, porque, se estivesse ainda na Gorongosa, de cada vez que havia um problema tínhamos que ir até à Gorongosa para falar com ele, e isso era muito cansativo. O Governo também não gostava que se fosse tão frequentemente à Gorongosa porque era como se aceitássemos a ideia de que havia duas capitais em Moçambique, e na verdade não era assim. E por fim o facto de que ele se transferiu para Maputo estabilizou a situação e acelerou o processo. Portanto, é realmente a foto do início da parte activa da aplicação do processo de paz.

**P.: Também tem outras fotos .... e essas de que tratam?**

AA: Esta aqui é a visita de Boutros-Ghali a Maputo, é um momento de *relax*, no qual ele conversa com o presidente Chissano e com Dhlakama. Este é um dos meus muitos encontros com o presidente Chissano, nos quais discutíamos as várias fases do processo de paz. Esta aqui volta a ser na visita do Boutros-Ghali a Maputo, estão todos os representantes da ONU. As outras são de outra coisa. Este aqui é o Presidente do Ruanda, uma das minhas visitas quando era Representante Especial da UE na região dos grandes lagos. Esta é uma foto de que eu gosto muito, com o presidente Mandela, que naquele momento era facilitador no processo de paz no Burundi. Foi um momento no qual discutimos o problema burundiano. Essa é uma foto com o Papa João Paulo II, e é inerente a Moçambique, porque o Papa convocou-me ao Vaticano porque queria saber como estava o processo de paz em Moçambique. Dado o envolvimento da comunidade de Santo Egídio, estava interessado. Então Dom Matteo Zuppi organizou esse encontro com o Papa, e eu contei-lhe como ia o processo. Este é um dos grandes personagens da África, o Presidente Nyerere, que foi, antes de Mandela, o facilitador do processo de paz no Burundi. Esta é uma foto do Burundi, com Mandela, e esta aqui é com o Presidente do Uganda. E creio que acabámos.

**P.: Fico impressionada porque guardou todos os jornais...**

AA: Ainda há uma outra aqui que é uma foto muito particular, porque é uma velha foto com um dos políticos italianos mais conhecidos, que foi primeiro-ministro várias vezes, Andreotti, com Fidel Castro, a senhora que era Presidente do Município de Turim, Magna di Nota, e este aqui sou eu. E a peculiaridade dessa foto é que sou eu que falo e Fidel Castro que escuta, coisas que são dificilmente encontradas em fotos porque é sempre Fidel quem fala. Depois eu tenho a coleção completa de todos os jornais do processo de paz. Aqui tem o Domingo, o jornal de domingo de Moçambique. Aqui tem o Notícias, e depois o Savana. Tudo isto aqui são os jornais moçambicanos durante o processo de paz.

**P.: Posso lhe pedir para levar para ali?**

AA: Aqui está, Notícias: “Acordo Geral de Paz pode ser assinado hoje”, e, de facto, assim foi. Aqui tem ....., aqui tem os dois de novo em Gaborone. E depois vamos aonde estão todas as fotos do acordo de paz. Aqui está o Mário Raffaelli.

